

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO E DO PROPRIETÁRIO

HORIZON RESIDENCE / NG EMPREENDIMENTOS LTDA

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO LEGAL ARQUITETÔNICO

ANDRÉS J. BANDEO, ARQUITETO E URBANISTA,
CAU nº A25156-9, CPF nº 008.919.929-44

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO

ANDRÉ CAPRI BIGARELLA, ENGENHEIRO CIVIL,
CREA/SC 079116-4, CPF 942.299.450-00

4. COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO LEGAL ARQUITETÔNICO E PROPRIETÁRIO, DECLARAMOS:

Que o **projeto arquitetônico** ora apresentado atende à legislação vigente, em especial às Leis Municipais n.º 300/1974, n.º 301/1974, n.º 1.677/1997, n.º 2.686/2006, n.º 2.794/2008, e todas as suas alterações; à Lei Estadual n.º 6.320/1983, aos Decretos Estaduais n.º 24.980/1985, n.º 30.436/1986 e n.º 31.455/1987; às Leis Federais n.º 10.098/2000, n.º 13.146/2015, ao Decreto Federal n.º 5.296/2004 e e à norma ABNT NBR 9050.

Que o Município de Balneário Camboriú está isento de examinar o projeto arquitetônico ora apresentado, nos termos desta Lei, uma vez que, atende à legislação vigente, sendo de minha total responsabilidade a observância aos parâmetros legais envolvidos neste projeto;

Estar ciente de que, caso se constate, a qualquer momento, desconformidade em relação aos parâmetros legais determinados pela legislação em vigor, a edificação não

poderá ser regularizada, ficando sujeita às penalidades aplicáveis, inclusive Ação Demolitória;

Que são verdadeiras as informações ora prestadas, bem como estarei sujeito a responder administrativa, civil e criminalmente, em caso de informações inverídicas ou descumprimento da Lei;

Balneário Camboriú, ____ de ____ de ____.

PROPRIETÁRIO:
NG EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 11.350.577/0001-40

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO:
ANDRÉS J. BANDEO, CAU nº A25156-9

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO:
ANDRÉ CAPRI BIGARELLA, CREA/SC 079116-4

A DECLARAÇÃO EM DESACORDO COM AS NORMAS LEGAIS ATINENTES À ESPÉCIE IMPLICA nulidade da licença eventualmente expedida com suporte no Projeto Legal e nesta declaração; embargo imediato da obra, caso constatada irregularidade; remessa de processo de licenciamento à fiscalização para a aplicação de penalidade administrativa cabível; responsabilidade profissional do declarante junto ao órgão de controle do exercício da profissão; remessa de documentos à Procuradoria Geral do Município para a apuração da responsabilidade civil e criminal e, se for o caso, acionamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

PROJETO LEGAL
ARQUITETÔNICO

APROVADO EM: / /



PROJETO:
HORIZON
RESIDENCE

"Estamos cientes e concordamos com as declarações efetuadas na página 02 deste caderno de aprovação de Projeto Legal."

ENDEREÇO: R.2050, R.2200 E R.2018
B. CENTRO | BC
DIC: 129018/ 129020/ 129029/ 46704/
47291
MATRÍCULA: nº 63453/ 64580/ 64579/
38280/1255

TERMOS E DECLARAÇÕES